




APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS ENTRE A PERSPECTIVA ENUNCIATIVO-DISCURSIVA E A GRAMÁTICA DO DESIGN VISUAL: AS METAFUNÇÕES COMUNICATIVAS E O ENSINO DOS GÊNEROS MULTISSEMIÓTICOS

THEORETICAL-METHODOLOGICAL APPROACHES BETWEEN THE ENUNCIATIVE-DISCURSIVE PERSPECTIVE AND THE GRAMMAR OF VISUAL DESIGN: THE COMMUNICATIVE METAFUNCTIONS AND THE TEACHING OF MULTISEMIOTIC GENRES

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.21011>

Peterson José de Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia

 <https://orcid.org/0000-0002-8367-585X>

peterasonoliveira@ufu.br

Recebido em 28 de abril 2024

Aprovado em 23 de maio de 2024

RESUMO: Neste trabalho visamos uma compreensão dos gêneros multissemióticos, em que trazem imagem e palavra, a partir de elementos teórico-metodológicos da gramática do design visual (GDV) de Kress e van Leeuwen (2006), buscando mostrar como a GDV está em consonância com as bases metodológicas enunciativo-discursiva encontradas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017.). Ao final, a análise de um exercício didático mostrou várias afinidades para aplicar elementos da GDV à análise visual em aulas de língua portuguesa.

Palavras-chave: ensino de língua portuguesa; gramática do design visual; multissemiose; metafunção comunicativa.

ABSTRACT: In this work we aim to understand multisemiotic genres, in which they bring image and word, based on theoretical-methodological elements of the visual design grammar (GDV) of Kress and van Leeuwen (2006), seeking to show how GDV is in line with the enunciative-discursive methodological bases found in the National Common Curricular Base (BNCC), 2017.). In the end, the analysis of a didactic exercise showed several affinities for applying GDV elements to visual analysis in Portuguese language classes.

Key words: Ensino de língua portuguesa; gramática do design visual; multissemiose; metafunção comunicativa

Introdução

A aula de língua portuguesa passou por profundas transformações metodológicas ao longo de sua história no Brasil. Desde aulas nas quais o próprio professor, a partir de gramática e literatura, preparava os próprios pontos, até o modelo atual, fundamentado no uso do livro didático, que facilita e, muitas vezes, limita a prática e criatividade docente.

Os livros didáticos de língua portuguesa, desde a década de 1960, têm incluído em suas lições textos ou gêneros multimodais, como é o caso de peças publicitárias, canções populares, tiras/quadrinhos e charges, para ficarmos nos mais conhecidos. A partir de então, a quantidade de gêneros multissemióticos ou multimodais¹ que aparece nos livros só aumentou, para incluir, desde a virada para os anos 2000, os gêneros digitais, que na sua maioria são multimodais. A última mudança dos materiais didáticos de língua portuguesa deveu-se à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017. Nesse documento, os gêneros multissemióticos e digitais ganharam destaque. Porém, nos cursos de Letras raras são as disciplinas que tratam de uma formação mínima dos futuros professores de português em habilidades como a linguagem musical, os elementos da linguagem visual e a leitura e produção de gêneros digitais.

Nos livros didáticos, entretanto, percebemos que o tratamento com os gêneros multimodais ainda é intuitivo, esporádico e assistemático². Por exemplo, mal se fala dos aspectos visuais dos quadrinhos e anúncios publicitários, para mencionar apenas os gêneros multissemióticos que mais aparecem, como apontado em outros estudos como (OLIVEIRA, 2021). Para remediar tal situação, o professor de português pode recorrer a artigos que abordem especificamente alguns desses gêneros, mas pouquíssimos são os materiais que se debruçam sobre o desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação de gêneros

1 Neste artigo, usaremos indistintamente esses dois termos para indicar textos que se utilizam de mais de um modo semiótico ou linguagem, como textos que contenham imagens e palavras, ou sons e imagens etc.

2 Em trabalhos anteriores, fizemos pesquisa sobre a abordagem da imagem em livros didáticos de língua portuguesa onde encontramos tal assistemática e uso intuitivo de critérios analíticos. in: *Desafios para uma abordagem efetivamente multimodal dos gêneros discursivos em livros didáticos de Língua Portuguesa*. **Albuquerque**: Revista de História, Aquidauana, v. 13, n. 26, p. 138-159, 28 dez. 2021.

multissemióticos ou que (re)pensam os critérios teóricos a partir dos quais a análise deve ser feita.

Neste trabalho, refletimos sobre alguns elementos da gramática do design visual (GDV) – proposta por Gunther Kress e Theo van Leeuwen (2006) no livro *Reading images: a grammar of visual design* – que podem ser utilizados com proveito na construção de critérios mais amplos e gerais para um letramento visual sistemático e, principalmente, que sejam coerentes com a proposta metodológica da BNCC. Assim, tentaremos mostrar que a GDV não só é compatível teórica e metodologicamente com a perspectiva enunciativo-discursiva da BNCC, como também pode apresentar uma forma mais organizada de lidar com a diversidade de gêneros multimodais que o professor de língua portuguesa vai enfrentar. Nesta trajetória de leitura, buscaremos entender como essa teoria, além de incorporar certo viés crítico da análise discursiva, também traz importantes considerações para a abordagem dos aspectos ditos “formais” do texto visual multimodal, que é do que mais se ressentem as análises propostas nos livros didáticos.

Em nossa análise, utilizaremos uma lição sobre um anúncio publicitário, retirada de um livro didático de língua portuguesa, e mostraremos como alguns conceitos da GDV contribuem para o aprofundamento da leitura dos elementos visuais – isso sem entrar em contradição com a BNCC ou trazer elementos teóricos desnecessários ou inacessíveis às(os) docentes em geral.

A semiótica social e a GDV

A GDV deriva diretamente do pensamento linguístico de Halliday e Hasan (1991), de sua perspectiva sistêmico-funcional e principalmente da própria noção de semiótica social. Para esses autores, a língua não é um conjunto fixo de regras ou estruturas, mas existe para atender à função comunicativa e, portanto, adapta-se a diferentes instâncias e propósitos sociais e individuais. Nesse sentido, Halliday alinha-se ao funcionalismo linguístico que entende a língua a partir da finalidade ou *função* comunicativa a que essa se destina (NEVES, 2013).

A semiótica social, então, seria uma teoria que procura entender como os indivíduos se comunicam em contextos sociais específicos, como eles criam significados e usam signos. As especificidades de tais contextos interferem na escolha de signos e outras formas de materialização para além da linguagem verbal. A motivação e os objetivos comunicacionais são fundamentais para

a criação do discurso. A língua, vista como um sistema semiótico, porque é composto de signos, torna-se resultado dessa motivação dos indivíduos de produzir significação em contextos sociais específicos.

A GDV insere-se na semiótica social, de acordo com Kress e van Leeuwen (2006). Segundo os autores, o trabalho com a imagem baseia-se em uma ideia da representação visual que é parte da semiótica social e teria dois momentos-chave: a Escola de Praga, na década de 1930, e a semiologia de Roland Barthes, na década de 1960. Para eles, a semiótica social seria um terceiro momento da semiótica, ainda em desenvolvimento e ao qual pertencem. Não afirmam uma ruptura com esses pensamentos, mas uma reformulação deles. Para Kress e van Leeuwen (2006), o signo é a junção motivada de formas (significantes) usadas para realizar significados: o fato de os signos serem considerados *motivados* os afasta da noção tradicional saussuriana, para quem o signo é imotivado ou arbitrário. Tal motivação deve ser pensada a partir do ponto de vista do criador do signo e do contexto em que ele se insere, ou seja, em que o signo é produzido.

Kress e van Leeuwen (2006), mesmo assumindo sua filiação parcial a essa dicotomia proposta por Saussure (*langue/parole*), dizem que a produção concreta de signos pelos falantes-usuários – a fala ou *parole* – não é limitada por um sistema de significados disponíveis – a língua ou *langue*. O potencial semiótico de um signo é definido por recursos semióticos disponíveis para um indivíduo específico em um contexto social específico; recursos semióticos disponíveis para pessoas reais em contextos reais. Esse aspecto, longe de ser um detalhe da GDV, fundamenta o caráter fortemente social de sua semiótica. As palavras “comunicação” e “representação”, por sua vez, ganham destaque em sua argumentação, pois enfatizam o contexto real em que a comunicação ou o discurso se realizam. Entende-se que os indivíduos são criadores de signos e escolhem formas para expressão do que têm em mente, formas que consideram mais adequadas e plausíveis em determinados contextos (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

Tal ênfase na escolha e na motivação individual na criação sígnica se justifica a partir do conhecimento que o criador de signos possui: quando uma criança usa um signo, ela estaria criando-o, porque o usa para um contexto e uma finalidade comunicativa específica. Mesmo que um conjunto de restrições exista em um sistema de signos, o ato individual de apropriação do sistema é soberano para a constituição de um pensamento da semiótica social proposta pelos autores

(KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). A interação e o contexto real remetem a semiótica a uma perspectiva funcionalista do funcionamento da(s) linguagem(ns). No Brasil, o funcionalismo linguístico tem ganhado destaque com os estudos do texto, do gênero textual-discursivo, entre outros, como atesta o prestígio dos estudos nesse campo. Para a concepção funcionalista da linguagem, as regras linguísticas sempre são vistas em termos de função comunicativa – do uso, melhor dizendo –, em contextos específicos, e não em termos de estrutura ou sistema. Ainda nessa linha teórica, as perspectivas do estudo do texto, da chamada linguística textual, não se realizam sem considerar o campo da enunciação, que leva em conta o modo como o sujeito se apropria do sistema linguístico, ou seja, da apropriação concreta da língua por um indivíduo.³

A gramática do design visual

Na introdução de *Reading images: a grammar of visual design*, Kress e van Leeuwen (2006) apontam que há muitas obras tratando da constituição de um “léxico” visual, isto é, trabalhos enfatizando elementos visuais de modo isolado, ao modo como tratamos palavras. O projeto deles, porém, é outro: elaborar uma “sintaxe” da linguagem visual. Ou seja, interessa-lhes a combinação desses elementos – sua “sintaxe” em composições que seriam “frases”, ou melhor, “textos” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Os autores destacam a importância de um letramento visual em nossa sociedade, na qual palavra e imagem se conjugam cada vez mais na comunicação cotidiana. Para eles, nossa cultura historicamente valorizou a escrita em detrimento do visual, por entender, muitas vezes, que este não tinha regras ou a importância da palavra. O ensino formal reflete tal valorização, pois ao longo da vida escolar os livros, que começam cheios de imagens, vão se tornando mais repletos de textos. Pelo menos, assim vinha sendo até o final do século XX. Com a emergência das redes sociais e dos *smartphones* e uma forte melhoria na transmissão de dados pela *internet*, o visual é hoje, sem dúvida, tão fundamental quanto o verbal na comunicação digital, que acaba por se tornar um parâmetro até para programas de ensino, por seu caráter

3 Sobre os fundamentos do funcionalismo em linguística, ver *A gramática passada a limpo* (NEVES, 2012) e *Gramática do português brasileiro*, de Ataliba T. Castilho (2014). Como um balanço do funcionalismo em termos de linguística textual, ver *Linguística textual: interfaces e delimitações* (SOUZA; PENHAVAL; CINTRA, 2017).

aberto, multimídia, interativo, entre outros aspectos.

A noção de gramática dentro da expressão “gramática do design visual” não opera por meio de uma importação automática da terminologia da linguística para a representação visual. Para Kress e van Leeuwen (2006), sintaxe, pragmática e semântica são indistinguíveis nos termos da comunicação ou representação visual. Os autores deixam claro que cada modo semiótico⁴ (verbal, visual, gestual etc.) tem suas possibilidades e limitações. Algumas relações são melhor explicitadas em um que em outro, mas os significados, construídos social e historicamente, são expressos por várias semioses (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). A principal relação afirmada pelos autores entre a linguística e a GDV é sua *abordagem global*, pois, assim como a linguagem verbal, a linguagem visual apresenta regularidades que podem ser objeto de uma descrição relativamente formal (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 20). Nesse sentido, eles se utilizam das *metafunções* presentes em quaisquer modos semióticos: função ideacional, função interacional e função textual (HALLIDAY; HASAN, 1996). Falaremos com mais detalhes dessas metafunções mais adiante, quando tratarmos da análise de um exercício sobre um anúncio publicitário.

O fato de essas metafunções serem compartilhadas por todos os modos semióticos foi o ponto de partida para que os criadores da GDV vissem nessa teoria uma perspectiva interessante de abordar o universo da multimodalidade ou da multisssemiose. Apesar disso, eles ressaltam o fato de que o verbal, com o predomínio da cultura escrita no Ocidente, não é simplesmente verbal, pois participam da sua leitura recursos específicos da visualidade: cor, disposição na página, orientação direita-esquerda, formato e tamanho das letras, entre outras características que informam a multimodalidade já presente no universo da escrita. Ainda que pensemos fora de sociedades ocidentais modernas, nas quais o prestígio da escrita é inegável, na fala há o papel do gestual, que desempenha função importante na produção de significado. Antes de propormos de que modo a BNCC e a GDV podem ter afinidades teórico-metodológicas, traçaremos as linhas gerais da concepção de linguagem da BNCC.

4 Modo semiótico pode ser entendido, no âmbito da teoria da GDV, como um sistema regular, socialmente organizado, de representação por um meio específico (ou substância material), como visual, som, gesto, movimento etc. Ou pode ser definido como um sistema completo de comunicação que atenda a vários requisitos representacionais e comunicacionais. Ver Kress, Jewitt, Ogborn e Tsatsarelis (2001, p. 15).

BNCC: bases teórico-metodológicas

A BNCC, em vigor desde 2017, trouxe várias mudanças em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998. No campo da organização discursiva do documento, a BNCC incorpora um vocabulário mais técnico, que demanda formação continuada do docente, se comparado com a linguagem mais simples dos PCN. Destaca-se também a continuidade da perspectiva metodológica geral de trabalhar com competências e habilidades, escolha teórico-metodológica que tem recebido numerosas críticas de educadores, sobretudo por conta de seu caráter neoliberal e tecnicista (BRANCO *et al.*, 2019; SAVIANI, 2016). No entanto, interessa-nos aqui, em especial, identificar algumas diretrizes metodológicas principais desse documento para assim indagar sua compatibilidade com a perspectiva apontada por Kress e van Leeuwen (2006) na GDV.

O primeiro elemento que trazemos é o enfoque no ensino da língua portuguesa a partir da noção de gêneros discursivos, talvez a mais importante diretriz metodológica da BNCC e que está implicada no ensino-aprendizagem das habilidades de leitura, produção textual e análise linguística. De acordo com Dias, Ferreira e Silva (2019), o embasamento do ensino nos gêneros discursivos, de origem bakhtiniana, já estava presente nos PCN e se destacava pela materialidade textual-composicional, pelos aspectos contextuais e, principalmente, ideológicos. Temos na BNCC a centralidade do texto, visto como ponto de partida da aula de língua portuguesa, ancorado no gênero discursivo a que pertence. Os gêneros discursivos são divididos/reunidos em campos de atuação, a partir das diferentes áreas da comunicação pública.

A noção de gênero em Bakhtin revela uma especial leitura crítica e a importância do posicionamento ideológico dos falantes na produção de sentido. O caráter crítico dessa teoria bakhtiniana aparece em destaque, entre várias outras ocasiões, quando os elaboradores da BNCC fazem menção repetidamente às *condições de produção*, termo que intitula vários *objetos de conhecimento* em todos os campos de atuação – isto é, que devem ser trabalhados em quaisquer gêneros, nas habilidades de leitura/compreensão. Esses *objetos de conhecimento* aparecem com algumas variações: “reconstrução das condições de produção, circulação e recepção” (BRASIL, 2018, p. 156) ou “Reconstrução das condições de produção e recepção dos textos e adequação do texto à construção

composicional e ao estilo de gênero” (BRASIL, 2018, p. 150). Isso se desdobra nas habilidades que tais objetos do conhecimento implicam. Em muitas passagens, a noção de “condições de produção” vem explicada em uma habilidade como esta, relativa aos textos jornalísticos e integrante do quadro “Reconstrução das condições de produção, circulação e recepção dos textos”: “(EF89LP01) Analisar os interesses que movem o campo jornalístico, os efeitos das novas tecnologias no campo e as condições que fazem da informação uma mercadoria, de forma a poder desenvolver uma atitude crítica frente aos textos jornalísticos” (BRASIL, 2018, p. 175). Podemos observar nessa habilidade um interesse em entender a leitura-compreensão como um ato de interpretação das posições ideológicas do enunciador do texto jornalístico (os interesses de que fala a habilidade). Portanto, em relação ao ensino dos gêneros, a BNCC substitui o sociointeracionismo discursivo dos PCN por uma abordagem enunciativo-discursiva, mas que de certo modo continua a perspectiva dos PCN:

Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20). (BRASIL, 2018, p. 67)

Esse caráter enunciativo-discursivo é definido de forma bem ampla, o que dificulta ao leitor mais leigo entender, apenas a partir da citação do PCN, como se materializa tal concepção da língua, uma vez que *enunciação* e *discurso* são objetos teóricos muito discutidos e fontes de diversas interpretações no campo dos estudos da linguagem. De acordo com Flores e Teixeira (2005, p. 101), “as teorias da enunciação linguística da enunciação”. Na verdade, para esses autores, o objeto conceitual “enunciação” marca uma ruptura com os estudos linguísticos que seguiam a esteira do estruturalismo de Ferdinand de Saussure. Aos estudiosos da enunciação, interessam os aspectos singulares da ocorrência contextual muito mais que os aspectos sistêmicos e gerais da estrutura linguística. Estudos sobre referência, dêixis, subjetividade e modalização, para ficar em poucos exemplos, extrapolam os limites tradicionais do pensamento formalista da linguagem, que se apoiou fortemente nos sistemas fonético-fonológicos da língua, na morfossintaxe e, algumas vezes, até na semântica.

Mais recentemente, as ideias de Émile Benveniste sobre *discurso* e *enunciação* têm recebido atenção no pensamento linguístico brasileiro e podem também ter servido de base para a elaboração de algumas competências e habilidades da BNCC. Para Benveniste (20086), a língua tem um duplo modo de significação: o semiótico e o semântico. O semiótico diz respeito ao nível intralinguístico da língua, cujas unidades, os signos, têm relação recíproca uns com os outros e assim criam uma teia de significação, sem se importar com os objetos que tais signos denotam na realidade. No modo semântico temos os enunciados, que só ganham sentido se referidos a quem fala, quando e onde se fala – em suma, à situação. Aí estamos na ordem do discurso ou da *enunciação*, que é definida como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Passa a interessar agora como o sujeito usa o aparelho enunciativo da língua para criar sentido situado.

Dessa maneira, entendemos que o aspecto “enunciativo” da expressão “enunciativo-discursiva”, que define a perspectiva metodológica do documento, pode ser associado tanto à teoria de Benveniste quanto à de Bakhtin. O mesmo vale para o termo “discursivo”, encontrado nessa expressão. Talvez a diferença fundamental seja que, para Bakhtin, o sentido de um enunciado (unidade do discurso, não da língua-sistema) sempre é dependente das circunstâncias históricas e ideológicas, não apenas da situação comunicativa específica.

Mas a frequência de duas expressões na BNCC, “condições de produção” e “efeitos de sentido”, sempre associadas a competências e habilidades leitoras importantes para quaisquer gêneros discursivos a serem estudados, aproxima o documento de uma outra teoria do discurso: a análise de discurso de linha francesa, inaugurada por Michel Pêcheux. Essa teoria, marcada por uma heterogeneidade teórica, possui três pilares: o dialogismo bakhtiniano, o marxismo e a psicanálise. Nesse campo de estudos, o discurso é definido como efeito de sentido entre interlocutores, e tal expressão é fundamental para entender que o sentido é decorrente das formações discursivas e ideológicas de determinado momento histórico. O sentido não é prévio nem efeito da língua enquanto sistema: “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (GADET; HAK, 1993, p. 77). Dessas condições de produção, Pêcheux destaca relações de poder, posições políticas, ideológicas etc.

Outro aspecto importante do alinhamento da BNCC às teorias da enunciação e do discurso está, de modo geral, na ênfase dada à produção textual feita

a partir da consideração do seu enquadre enunciativo-discursivo básico: na leitura e produção de qualquer gênero é necessário saber qual o papel social de quem produz o texto-gênero, para quem este é feito, com que intencionalidade, em que meio, mídia e semiose. Assim, todos os *campos de atuação*⁵ da BNCC trazem como objeto de conhecimento não apenas as habilidades de identificar características formais e composicionais do texto, ou temas já conhecidos, como coesão, coerência e sequências ou tipos textuais. O documento em muitas passagens enfatiza a atitude crítica por parte dos futuros leitores-autores. Acima de tudo, a organização de competências, habilidades e objetos do conhecimento tem a ver com o que os autores chamam de “práticas de linguagem”, expressão que revela a perspectiva ancorada no discurso, na língua encarnada em práticas sociais concretas e o letramento que as envolve.

Assim, leitura e produção textual são *práticas de linguagem* que participam de “práticas sociais”. Nesse sentido, a preocupação com o letramento digital e com a multiplicidade de linguagens aponta para a necessidade do letramento dos próprios professores nesses gêneros e semioses. E é nesse ponto que o estudo de teorias e metodologias como as da GDV pode ser útil para a tarefa hercúlea de letramento multissemiótico que a BNCC sugere.

Afinidades teórico-metodológicas entre GDV e BNCC

Tentamos até agora oferecer um olhar panorâmico sobre alguns elementos teórico-metodológicos da BNCC que acreditamos poder ser alinhados a alguns aspectos da GDV e tornar o trabalho com a imagem ou a multissemiose mais profícuo. A GDV, acreditamos, é compatível com os pressupostos da BNCC aqui apresentados em três aspectos: a ideia de que a criação sígnica é parte do indivíduo e responde à situação concreta, o que a aproxima das abordagens funcionalistas; o trabalho com noções como ideologia, criticidade e dependência de fatores históricos para a criação de signos visuais ou de uma gramática visual; e, por fim, a tentativa de trazer para o primeiro plano o trabalho multissemiótico como missão educacional de grande valor atualmente. Vejamos cada um desses elementos.

5 Na BNCC, são as cinco grandes áreas de atuação social em que os gêneros são agrupados: campos jornalístico-midiático; campo artístico-literário; campo das práticas de estudo e pesquisa; campo da vida cotidiana; e campo de atuação na vida pública.

Podemos dizer que, ao tratar da comunicação visual e de todas as formas de discurso multissemiótico, os autores da GDV abordam uma forma de *enunciação*, porque enfatizam sempre o contexto concreto, situado, em que as mensagens são produzidas: “a comunicação exige que os participantes tornem suas mensagens o mais compreensíveis num contexto particular” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 13). A ênfase nesse papel ativo dos indivíduos ao selecionar e criar signos (pois atribuem aos signos disponíveis novos sentidos na situação concreta) faz os autores se aproximarem de teorias da enunciação como a de Benveniste.

Por outro lado, a GDV quer tratar muito mais do que de aspectos formais ou enunciativos da mensagem visual ou multissemiótica. Em várias passagens de *Reading images*, os autores reforçam o compromisso de sua teoria com a criticidade:

A análise da comunicação visual é, ou deveria ser, uma parte importante das disciplinas “críticas”. Embora neste livro nos concentremos na exibição das regularidades da comunicação visual, em vez de nos seus usos (“interessados”, isto é, político-ideológicos), vemos imagens de qualquer tipo como inteiramente dentro do domínio das realizações e instanciarções da ideologia, como meios – sempre – para a articulação de posições ideológicas (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 14, tradução nossa).⁶

Embora a expressão “ideologia” não seja usual na área de língua portuguesa, certamente em decorrência do momento em que o documento foi publicado⁷, a BNCC enfatiza o papel fundamental de um letramento crítico para a formação de cidadãos politizados. No trecho a seguir, seus autores parecem prever as questões mais delicadas e trágicas do mau uso das redes sociais, como redes de mentiras e bolhas, destinadas a impedir um debate esclarecido e que descambaram na onda de *fake news* que tiveram papel decisivo nas eleições de 2018:

6 No original: “Analyzing visual communication is, or should be, an important part of the ‘critical’ disciplines. Although in this book we focus on displaying the regularities of visual communication, rather than its (‘interested’, i.e. political/ideological) uses, we see images of whatever kind as entirely within the realm of the realizations and instantiations of ideology, as means – always – for the articulation of ideological positions”.

7 O governo de Michel Temer encerrou a participação pública na escrita da BNCC de modo abrupto, para então fixar e publicar uma versão do texto que não era exatamente a que vinha sendo discutida. No contexto político inflamado contra a chamada “ideologia de gênero”, uma expressão que fala mais de posições políticas conservadoras do que das políticas de igualdade de gênero (aliás, palavra também alvo de disputa e exclusão no documento), a noção de ideologia teve de ser diluída em termos mais gerais, como “ensino crítico” ou “criticidade”. Na BNCC, a expressão “ideologia” aparece apenas duas vezes na área de linguagens e códigos, em competência de caráter geral (ver BRASIL, 2018, p. 87).

Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC [tecnologias digitais da informação e comunicação] – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários (BRASIL, 2018, p. 69).

Valemo-nos da citação anterior para encerrar este tópico de alinhamento da GDV ao entendimento da BNCC quanto à importância dos gêneros multissemióticos. Na verdade, a BNCC fala da importância do trabalho com diferentes linguagens em tantas passagens que seria tedioso elencá-las: já no início, os textos multissemióticos são destacados na competência específica 3, da área da língua portuguesa. Ainda na parte introdutória, os autores do documento trazem um parágrafo muito esclarecedor, porque aborda os elementos formais dessas várias linguagens ou semioses tão referidas ao longo do texto:

Já no que diz respeito aos textos multissemióticos, a análise levará em conta as formas de composição e estilo de cada uma das linguagens que os integram, tais como plano/ângulo/lado, figura/fundo, profundidade e foco, cor e intensidade nas imagens visuais estáticas, crescendo, nas imagens dinâmicas e performances, as características de montagem, ritmo, tipo de movimento, duração, distribuição no espaço, sincronização com outras linguagens, complementaridade e interferência etc. ou tais como ritmo, andamento, melodia, harmonia, timbres, instrumentos, sampleamento, na música (BRASIL, 2018, p. 81).

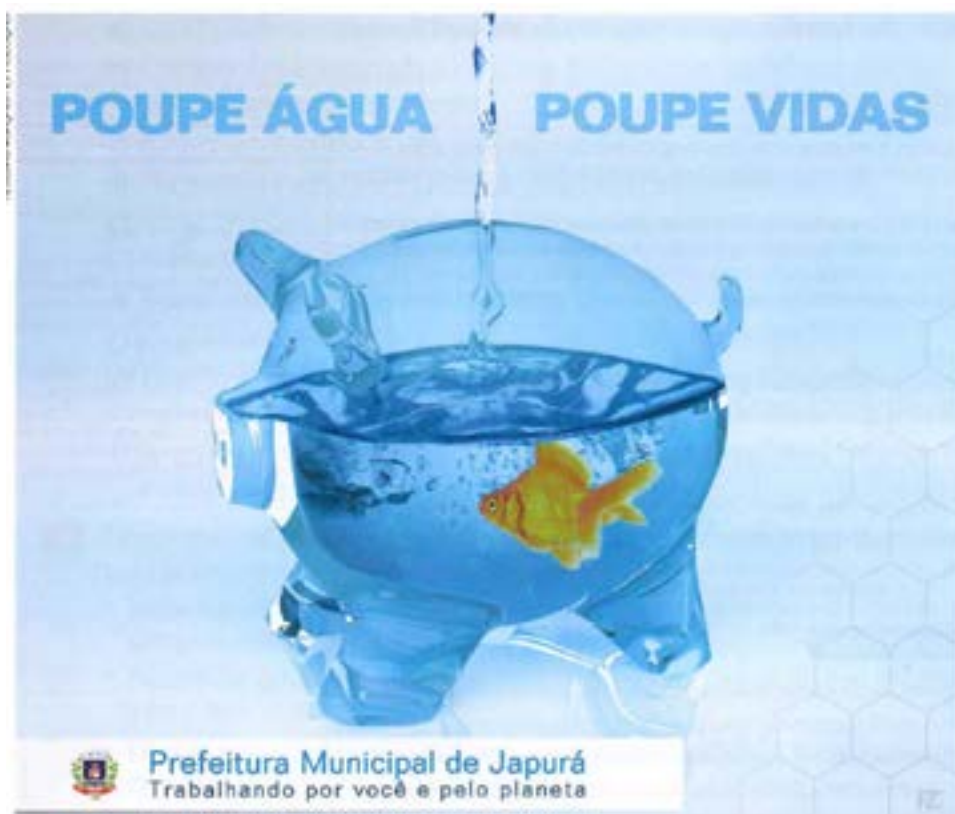
Os elementos da linguagem visual – seu “vocabulário” básico – seriam: plano, ângulo, lado, figura/fundo, profundidade, foco, cor e intensidade. Já expressões como “formas de composição e estilo” estão próximas do que Kress e van Leeuwen (2006) chamariam de “gramática” da linguagem visual. A BNCC, porém, dá apenas indicações sumárias do que tratar a respeito dessas semioses. A verdade é que existe uma dificuldade muito grande em traçar, para os objetivos de ensino fundamental em língua portuguesa, quais teorias de leitura do visual são mais produtivas nesse contexto. A dupla ênfase em um tratamento que se queira ao mesmo tempo crítico e traga uma abordagem da composição formal dos textos visuais é uma dificuldade a mais para encontrar teorias que estejam à altura dessa tarefa. Pelo que tentamos trazer ao leitor, pensamos que a GDV pode tornar-se um recurso precioso aos docentes interessados em ensinar os

elementos e a gramática da linguagem visual em textos multissemióticos como HQs, publicidades, pinturas etc., pois essa teoria contempla os dois aspectos apontados. No tópico seguinte, tentaremos mostrar a compatibilidade e a propriedade de alguns conceitos da GDV em consonância com os elementos teórico-metodológicos da BNCC.

Análise de um anúncio publicitário à luz da GDV

No exemplo trazido para análise (Figura 1), retirado de um livro didático de língua portuguesa, nos interessamos em mostrar como o conceito de *metafunção* ou *metafunções comunicativas*⁸ auxilia os professores a construir uma estratégia de leitura de textos publicitários, os quais aparecem em muitas lições de praticamente todos os livros didáticos de língua materna.

Figura 1: Anúncio publicitário de livro didático.



Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2017, p. 131).

⁸ Tal conceito aparece na gramática sistêmico-funcional de Halliday e Hasan (1991) e é endossado pelos criadores da GDV.

O anúncio acima foi colocado em um livro de 6º ano, num tópico intitulado “Como funciona um anúncio publicitário?”. Não foi usado apenas para exemplificar um termo sintático ou gramatical; nesse exemplo, o anúncio é tratado enquanto *gênero discursivo*. Por isso, vários exercícios relacionados direcionam a atenção do estudante para questões enunciativo-discursivas, como propõe a BNCC. Vale também ressaltar que a peça aqui reproduzida é a segunda usada como exemplo de anúncio publicitário. Antes dela, os autores introduziram esse gênero com um pequeno parágrafo apresentando o tema. Depois, definiram o gênero *anúncio publicitário* num pequeno quadro, em que destacam apenas o objetivo de estimular o leitor a consumir um produto ou serviço ou a agir de determinada maneira. Por fim, destacam o valor da criatividade nesse tipo de texto (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2017, p. 131).

Os autores seguem de modo bastante satisfatório as recomendações da BNCC para a idade/ano escolar a que se destina o exercício, pois em vários momentos são destacados elementos concretos da enunciação: quem faz, para quem é feito, qual o objetivo do gênero e seus elementos composicionais. Tudo isso de forma muito esquemática e resumida, é verdade, mas levamos em consideração aspectos como o espaço e o tempo disponíveis para esse tema.

Só então Ormundo e Siniscalchi (2017) tratam do anúncio que abordaremos. Resumimos os exercícios a respeito dele para entendermos melhor o contexto específico em que aparece. Para esse texto multissemiótico, os autores propõem cinco questões, com subdivisões. A primeira e a quinta tratam da linguagem verbal do anúncio, sua síntese, os recursos que tornam a linguagem mais expressiva, os tipos de orações que trazem esses efeitos, a ordem das orações, o tempo verbal etc. São exercícios bem elaborados pois relacionam satisfatoriamente os elementos de análise linguística (relação causa-consequência, condição, alternatividade etc.) com elementos enunciativos.

Já os exercícios 2 e 3 abordam a parte “não verbal” do anúncio, ou seja, a parte considerada visual. No exercício 2, pergunta-se sobre a motivação da figura do porquinho, a qual palavra se relaciona a figura do peixinho, que cor predomina no anúncio e por quê. Até se pede que os estudantes imaginem o texto sem o peixinho, para verificar se o sentido prevaleceria o mesmo. Esse exercício é um exemplo apropriado de como os autores exploram com cuidado vários elementos visuais do texto, como as figuras, seus significados e cores; e buscam até mes-

mo a relação entre palavra e imagem de modo circunstanciado – pouco usual em lições de livros didáticos. O exercício 3 faz referência à cor do anúncio e ao seu significado, bem como a outro elemento do anúncio, o *slogan*, que é definido em um quadro ao lado do enunciado. A questão 4 fala dos anúncios de modo geral, distinguindo os que veiculam uma atitude ou um valor daqueles que comparam produtos e tentam vender a superioridade do item anunciado.

As atividades interpretativas foram bem realizadas e, se complementadas com comentários ou materiais trazidos pelo professor, oferecem uma abordagem satisfatória para interpretar o texto. Nas páginas seguintes, os exercícios continuam a tratar da peça publicitária, com atividades para a produção de um anúncio pelos estudantes. Desse modo, os autores seguem as sugestões da BNCC de utilizar as três práticas de linguagem para abordar qualquer gênero: atividades de leitura, de produção e de análise linguístico-semiótica integradas às de leitura e produção.

Apesar disso, muitas coisas ficaram de fora, mesmo considerando-se a idade e a fase escolar do público-alvo, tais como a estrutura do anúncio publicitário, sua composição e até mesmo uma melhor análise dos aspectos enunciativo-discursivos: de quem seria o público do anúncio, onde ele foi veiculado originalmente, qual a relação entre o tema e a linguagem verbal e visual, que relação existe entre a quantidade de informação verbal e visual e o gênero e o objetivo do anúncio, qual sua relação com o contexto, entre outros aspectos.

Não existe livro ou material didático completo, plena ou universalmente adequado a todos os tipos de público. Estamos cientes de que o livro didático deve servir de apoio à aula e ao planejamento dos professores, facilitando o preparo de atividades e oferecendo um material básico e acessível para todos os estudantes. No entanto, as lacunas encontradas nos exercícios apontam gestos de leitura que se tornam comuns em livros didáticos quando se trata dos gêneros multissemióticos publicitários.

Em artigo publicado sobre o tema, Oliveira (2021) afirma que os autores de livros didáticos usualmente fazem questionamentos genéricos sobre o aspecto visual dos textos multissemióticos usados em suas lições. São questões do tipo “qual a relação entre a imagem e a parte verbal”, “o que significa a imagem usada pelo autor” ou, mais raramente, sobre a cor ou o formato de uma figura. Não há um trabalho metódico de abordagem do multissemiótico. Além disso, a interpretação é bastante fragmentada: fala-se da linguagem verbal e da linguagem vi-

sual, mas muitas vezes não se fala da relação entre elas, que é o mais importante. Os aspectos enunciativo-discursivos, por sua vez, são melhor representados que os aspectos visuais ou verbo-visuais em livros didáticos mais contemporâneos. Nestes, é muito mais comum encontrarmos questões que se referem ao público esperado de um texto ou à função social do autor (mesmo que isso não apareça no livro e no exemplo que trouxemos).

No quesito da composição visual dos textos e de sua “gramática” – mais do que seus elementos isolados ou vocabulário –, os livros ainda se ressentem de muitas lacunas. Nos parágrafos seguintes falaremos da composição e da organização tal como apresentas na leitura da GDV. No anúncio em tela, os autores não falam da cor, da posição ou da dimensão das palavras, nem de sua relação com as figuras. Também não tratam da distribuição do visual e do verbal no formato retangular do anúncio, ou da direção – ou melhor, das direções – de leitura do anúncio, isto é, do trajeto do olhar sobre o texto.

Nessa peça publicitária, por exemplo, há o uso composicional muito claro da simetria: bilateral, criada pelo fio de água que divide as duas frases imperativas. A direção de leitura é da esquerda para a direita, como a da escrita ocidental em geral, e estabelece uma relação de causa e efeito visualmente reforçada, já que essa associação é evidenciada também pelo sentido e pela ordem das palavras. O que é visto primeiro, a frase colocada à esquerda, intuitivamente “acontece” primeiro. O fio de água ao mesmo tempo divide e une as duas frases, e é uma representação visual do argumento “poupe água/poupe vida”. Desse modo, os criadores do anúncio realçam a mensagem principal de sua peça publicitária por meio de uma redundância verbo-visual. Esse reforço acontece também na figura do cofre de vidro, com a ideia de poupar e com a figura do peixe, que remete à ideia de vida. A redundância visual se realiza ainda pelo esquema de cores utilizado no texto, de tons azulados, que remetem à água pura. Há uma configuração visual que atenua a diferença entre figura e fundo, pois os tons azulados, unidos à transparência da água e do cofrinho, bem como as letras em azul, provocam uma sensação de transparência suave no anúncio, muito agradável de ver e ler. Em contraste, para evitar a monotonia, o peixe de cor alaranjada brilhante atrai o olhar e gera uma empatia que em geral *pets* suscitam. A cor fisga o olhar e serve como ponto de ancoragem e reforço, em uma estratégia argumentativa que traz para o nível concreto o que a palavra “vida”, por seu caráter abstrato e geral, não conseguiria trazer. Observe-se como as duas cores contrastam e se comple-

mentam, dando unidade visual e novidade ao conjunto.

O segundo eixo de leitura, que foi pensado cuidadosamente pela equipe redatora, foi a direção acima-abaxo: acima o fio de água, embaixo o cofrinho. Trata de um processo, de uma ação: o ato de poupar é visualmente representado, claro como a água. O texto tem uma estrutura ou organização simétrica: esquerda e direita, pelas frases; acima e abaixo, pelo conjunto do fio de água e do cofrinho. O fio de água divide o anúncio em duas metades iguais; já a relação entre palavra e imagem não é tão simétrica, apesar de bastante organizada e clara. A parte verbal em letras um pouco mais escuras que o fundo tem fonte neutra, mas espessura e tamanho considerável, ocupando pelo menos 15% da área superior do anúncio. A figura do porquinho é vista de uma perspectiva próxima o bastante para que vejamos seu interior, com as bolhas de água; mas também é vista de cima e ligeiramente de lado para que o leitor tenha mais elementos de sua tridimensionalidade, como a pata direita dianteira e o formato do focinho e seus furinhos. Assim, parte importante do “rosto” do porquinho fica visível, inclusive os olhos. Enfim, fica evidente o objeto porquinho, apesar de transparente ou azulado (o que é difícil discernir por estar em um fundo azul). Tais detalhes do cofre, seu volume quase preenchido por água, as bolhas sugerindo que a água continua a cair – tudo isso envolve ainda mais o leitor para aderir à campanha. O cofrinho junto com o peixinho remetem à infância, e por isso o anúncio pode ser endereçado às crianças, mas mesmo que o hábito de poupar usando cofres em formato de porcos não seja tão comum hoje, em tempos de dinheiro digital, a remissão à infância dos adultos traz um sentimento de empatia e cuidado, reforçado pelo belo peixinho-dourado.

Talvez a única coisa que torne o anúncio menos estético seja a necessidade de assinalar o principal enunciador do anúncio: a Prefeitura Municipal de Japurã. Isso é feito num retângulo branco na parte inferior esquerda do anúncio, o que perturba de forma desnecessária a bela simetria e unidade do texto. Se os criadores tivessem optado por uma fonte laranja-escuro e centralizassem o texto, quem sabe com uma faixa azul-escuro percorrendo toda a parte inferior, talvez esse elemento ficasse mais integrado ao restante do conjunto.

Nesses parágrafos, falamos de alguns elementos visuais do texto que podem ter sido tratados. Não temos pretensão de esgotar todas as possibilidades de leitura dessa peça; aliás, nem fizemos menção ao discurso conservador implícito nas campanhas públicas para poupar água, quase sempre endereçadas

à população urbana, quando sabemos que os maiores gastadores de água são a agricultura e a indústria. Sempre há um desejo dos governantes de se mostrarem preocupados com o meio ambiente, escamoteando o fato de que os proprietários dos meios de produção usam recursos públicos como a água para seus empreendimentos cujos lucros são privatizados, enquanto os prejuízos de um modelo agroexportador baseado em monoculturas e pecuária extensiva têm impactos nefastos sobre os recursos hídricos de todos. Os aspectos ideológicos do anúncio são parte fundamental dele e têm vital importância para uma leitura afinada à GDV. Afinal, ao propor uma atitude aos cidadãos, atribui-se a eles uma responsabilidade e não se mencionam outros fatores da escassez de água, social e economicamente desigual. Fizemos apenas um pequeno aparte que não desenvolveremos, porque esses aspectos não são representados visualmente, mas estão nas entrelinhas, ou seja, no não dito que comporta qualquer discurso.

Agora procuraremos suplementar nossa análise com alguns elementos que consideramos extremamente promissores na GDV, a partir da noção de *metafunção* comunicativa. O objetivo não é que os professores levem os estudantes à metalinguagem dessa teoria, pelo menos não no ensino fundamental. O que a noção de metafunção ou metafunções – ideacional, interacional e textual – traz é a possível indicação de um caminho de leitura ou interpretação que possa ser usado em todo texto visual ou multissemiótico.

O pensamento linguístico de Halliday contrapõe-se explicitamente ao gerativismo formalista de Noam Chomsky e de toda linguística que considera suficiente e adequado estudar a língua em seus termos estruturantes sem discutir como nestes já estão envolvidas suas funções. A perspectiva radicalmente social de Halliday é uma das vertentes mais influentes do funcionalismo, pois procura mostrar como a estrutura gramatical de uma língua é, desde seus fundamentos, determinada pelo seu entorno social. Nesse sentido, a ideia de *metafunção* procura se afastar das noções comuns de funções comunicativas da linguagem que são encontradas em vários autores, filósofos e linguistas, como Jakobson e outros que viam tais funções da linguagem como o uso e propósito da língua. Para Halliday e Mathiessen, o termo "*metafunction*" (metafunção) é mais radical do que "função", pois mostra como são intrínsecas à linguagem tais funções

estruturantes.⁹ Dito isso, ele propõe três metafunções: a ideacional, a interacional e a textual, integrantes de qualquer sistema semiótico. Mas é claro que estas não estão presentes da mesma maneira. Tais metafunções são manifestações, no sistema linguístico e em outros dos objetivos inerentes a todos, dos usos de sistemas semióticos: compreender o meio (ideacional); relacionar-se com os outros (interacional ou interpessoal); e organizar a informação (textual). Cada uma das metafunções se relaciona a uma variável do contexto situacional: ao campo, a ideacional; às relações, a interpessoal; e ao modo, a textual. Elas ainda possuem subdivisões, termos integrantes etc. Não é nosso objetivo tratar detalhadamente de cada uma delas, mas nos interessa especialmente o fato de que, em toda linguagem, as três metafunções operam ao mesmo tempo, ainda que de forma desigual, com ênfase em uma ou outra, dependendo do texto e da situação. O próprio contexto é definível pela linguagem ou pelos termos usados. Vale lembrar que Kress e van Leeuwen (2006, p. 41) remetem essas metafunções àquilo que chamam de “teoria semiótica social da comunicação”, que, apesar de ser oriunda do pensamento de Halliday, não aborda a linguagem verbal apenas.

A metafunção ideacional atende à necessidade de um modo semiótico ser capaz de representar aspectos do mundo tal como vivenciado pelos humanos, isto é, de representar objetos e suas relações num mundo fora do sistema representacional. A representação de objetos em interação entre si é feita por meio do que os autores chamam de vetores de ação-processo, ou por meio de uma representação ideacional de caráter classificatório do tipo objeto-atributos, muitas vezes em esquema de “árvore” ou classificação (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). No caso do anúncio analisado, os objetos representados – ou participantes, como a GDV denomina – são tanto as partes verbais quanto o fio de água, o cofre, o peixinho. No texto da campanha publicitária há dois vetores: um verbal, que estabelece um direcionamento entre leitor e autor; e um visual, que estabelece um vetor no qual a ação de poupar é representada simbolicamente pelo despejo

9 “Why this rather unwieldy term ‘metafunction?’ We could have called them simply ‘functions’; however, there is a long tradition of talking about the functions of language in contexts where ‘function’ simply means purpose or way of using language, and has no significance for the analysis of language itself (cf. Halliday and Hasan, 1985: Chapter 1; Martin, 1990). But the systemic analysis shows that functionality is intrinsic to language: that is to say, the entire architecture of language is arranged along functional lines. Language is as it is because of the functions in which it has evolved in the human species. The term ‘metafunction’ was adopted to suggest that function was an integral component within the overall theory” (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004, p. 30-31).

de água no cofre e mostra a relação entre os dois participantes do texto, cofre/peixinho e fio de água.

Mas também pensamos que o modo de representar o mundo aqui, o mundo da ameaça de escassez de água, aparece numa redução a poucos elementos visuais e verbais. A situação comunicativa do anúncio obriga seus criadores a apresentar seu propósito e sua argumentação por meio de poucos recursos visuais, já que dispõem de apenas uma página e têm de “fisgar” o leitor primeiro pela imagem e depois pelas palavras. Essa representação do mundo é ao mesmo tempo naturalista e simbólica. As imagens do peixe e do cofre-aquário, bem como a representação da água, são bastante realistas e provavelmente derivadas da manipulação de fotos pré-existentes (algo comum em anúncios modernos). Em se tratando dessa metafunção ideacional, a forma escolhida de representação dos objetos-participantes do anúncio, colocados sobre um fundo azul-claro, e seu realismo fotográfico intensificam a persuasão obtida pelo desejo de criar um olhar empático no leitor. O brilho da água e do peixinho, o formato arredondado do porquinho, a transparência agradável da água, com reflexos luminosos: tudo isso cria uma atmosfera de limpeza e frescor, quase tátil. A representação do mundo também opera simbolicamente, visto que o peixe simboliza a vida frágil e bela a ser preservada, enquanto o cofre emula a atitude responsável e (quase) carinhosa do leitor de depositar água para que o peixe sobreviva – jogar água num objeto que é, ao mesmo tempo, uma espécie de aquário-cofre ou cofre-aquário, que preserva e poupa o recurso frágil e escasso que é a água potável.

A *metafunção interpessoal*, por sua vez, mostra como a linguagem – verbal ou visual – projeta as relações entre os interlocutores ou emissores-receptores dos signos. Qualquer modo semiótico deve ser capaz de representar uma relação social particular entre o produtor, o espectador e o objeto representado. A expressão “relação social” é um termo usado pelo criador da linguística sistêmico-funcional, Halliday(2004), quanto por Gunther Kress(2006), mas tem um sentido propositalmente amplo para abarcar relações econômicas, político-culturais, entre outras. A expressão de hierarquia na linguagem verbal é bastante conhecida: hierarquias de status social, gênero e idade são presentes em muitas línguas, mas as metafunções interpessoais também podem ser tratadas em signos ou linguagens não verbais. É preciso lembrar que essa função está intimamente ligada às outras, isto é, os mesmos elementos ou signos apresentam caráter multifuncional, pois desempenham ao simultaneamente essas três metafunções.

Assim, no anúncio que viemos comentando, a função interpessoal se realiza de modo mais evidente pelo entrelace entre o verbal e o visual, característico de gênero discursivo. A parte verbal, com os verbos no modo imperativo e na segunda pessoa do singular, instancia dois lugares sociais: o de quem tem o direito de sugerir/ordenar e o daquele que deve obedecer. Evidentemente, para ter eficácia, o dever de poupar água, que a prefeitura deseja reforçar para seus cidadãos, deve ser “textualizado” de forma específica – e aí entramos na terceira metafunção, a textual. Deixemos isso em suspenso para continuarmos a falar da função interpessoal. A relação instituída pelos verbos no imperativo pode denotar sugestão, pedido ou ordem, dependendo de como isso interpela o leitor do anúncio. Isso mostra como a comunicação institucional pública atualmente é atravessada tanto pelo discurso do dever cívico quanto pelos aspectos mais emocionais associados ao universo da persuasão publicitária. A perspectiva dos criadores do anúncio não é a dos políticos ou burocratas da prefeitura: a linguagem mais eficaz, nesse caso, não é a da lei, da regra, do regulamento ou das proibições. A publicidade é mais do que conhecida como uma arma política importante, e sua linguagem e seu recurso põem e depõem políticos e políticas no mundo todo. A criação de uma relação amistosa entre prefeitura e cidadãos-eleitores é cuidadosamente trabalhada, misturando a firmeza verbal de um imperativo e projetando uma imagem de autoridade necessária aos governantes, mas amenizada pelo caráter suave e agradável da imagem, assim como pela ternura e tranquilidade associadas ao porquinho e ao peixinho-dourado.

Por fim, a metafunção textual é aquela que corresponde ao aspecto composicional, ao modo como a mensagem é estruturada. Essa função é extremamente importante e quase sempre relegada a notas de rodapé em comentários, interpretações ou tarefas escolares que lidam com textos multimodais ou multissemióticos. A coerência interna e externa desses elementos composicionais são o que Kress e van Leeuwen (2006) chamam mais especificamente de “gramática visual”, mesmo que as outras funções também façam parte dela. A metafunção textual é muito importante porque dela dependem as outras duas:

O que isso significa é que (1) toda mensagem é sobre algo e se dirige a alguém, e (2) esses dois motivos podem ser combinados livremente – em geral, eles não se restringem. Mas a gramática também apresenta um terceiro componente, outro modo de significação que se relaciona com a construção do texto. Num certo sentido, isto pode ser considerado uma função capacitadora ou facilitadora, uma vez que ambas as outras – construir a experiência e encenar relações interpessoais – dependem da capacidade de construir sequências de discurso, organizar o fluxo discursivo e criar coesão e

continuidade à medida que este avança. . Isso também aparece como um motivo claramente delineado na gramática. Chamamos isso de metafunção textual (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004, p. 30).

Se cada imagem é sobre alguma coisa e feita para alguém, o modo como podemos combinar esses dois elementos depende de estruturas gramaticais que possibilitem essas variações. O caso de nosso anúncio é muito eloquente a esse respeito. Primeiramente temos de ter em mente que os criadores do anúncio tinham várias diretrizes gerais para quaisquer anúncios publicitários, independentemente do tema, do público ou de quem os encomenda: espera-se “vender” a ideia ou o produto unindo recursos visuais e verbais. Mesmo que não houvesse figuras representadas, o tamanho, o formato, a cor das letras e do fundo são visuais – não apenas verbais – e influenciariam fortemente a eficácia comunicativa. Também o veículo onde circulará o anúncio delimita o tempo e o tipo de atenção do leitor, o que introduz critérios como clareza, detalhe, dimensão das figuras, posição do texto e das imagens, e outros tantos. As ferramentas de produção e manipulação de imagem, como o *offset* e o uso de *softwares* de edição de imagem, representaram uma grande revolução para a linguagem publicitária, oferecendo uma liberdade quase infinita na criação de imagens para a publicidade. Assim, em termos metafuncionais textuais, o anúncio publicitário é uma mistura muito bem elaborada de recursos visuais e verbais que não param de se transformar, pois absorvem toda sorte de recursos técnicos disponíveis.

Mas e quanto ao seu objetivo fundamental, que é o de tornar conhecidos ao público produtos ou ideias, com vistas a persuadi-lo a “comprá-los”? As estratégias em geral são as de apelo ao emotivo, de identificação com figuras admiradas consumindo, de idealização do produto, de simplificação tanto dos fatos quanto das ideias... Tudo isso e muitos outros elementos que os estudiosos da comunicação vêm tratando há tempos. Todos esses recursos são colocados à disposição tanto de grandes grupos econômicos quanto de governos, o que faz com que o letramento visual se torne um importante elemento de emancipação de grupos subalternizados. No anúncio analisado, a textualização simplificadora do problema da escassez de água está de acordo com a lógica discursiva da publicidade: aparar arestas, aspectos desagradáveis ou complexos dos problemas e criar uma comunicação o mais intuitiva e rápida possível, por meio de imagens de grande impacto emocional, com apelo mais a sentimentos que ao

raciocínio.

Hoje existe já algum senso de urgência redobrada a respeito dessas estratégias textuais usadas pela publicidade, que têm de se reinventar para dar conta de demandas novas, como a da representação não preconceituosa de grupos tradicionalmente invisibilizados ou estereotipados pelo discurso da propaganda. Graças à luta por representação é que hoje vemos mais negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e velhos retratados de formas mais justas ou complexas em anúncios. Assim também questões como a idealização corporal proposta em vários anúncios de produtos relacionados a alimentação, vestuário, saúde e outros, que passam por um escrutínio crítico do público sobre a criação de padrões inalcançáveis e pouco representativos de corpos. As estratégias publicitárias tornadas obsoletas veem cedendo espaço a outros discursos, como o da multiculturalidade e da inclusão, para que as empresas não sejam rejeitadas pelos consumidores. No entanto, o recurso ao visual e ao instantâneo irá permanecer, bem como a simplificação, o uso do humor e o escapismo consumista se darão em novas formas.

Considerações finais

De que modo professores de língua portuguesa podem usar as ferramentas da GDV, como o conceito de metafunções, para criar rotinas ou métodos de interpretação que ultrapassem a leitura caso a caso ou o aspecto intuitivo de cada lição? Se observarmos bem, as três metafunções acabam por percorrer os elementos a serem trabalhados numa perspectiva de letramento proposta pelos documentos sociais. As metafunções ideacional e interativa (ou interpessoal) estão em consonância com as perspectivas de enunciação e discurso: assim como nessas metafunções, um leitor-produtor proficiente em vários modos semióticos deverá ser capaz de utilizar os recursos dessas linguagens para representar o mundo e criar uma imagem de si e do outro para atingir seus objetivos comunicacionais. Para isso, precisa saber qual papel social representa em determinada situação/interação (função interativa), além de ser capaz de elaborar uma imagem de seu interlocutor, sua posição ideológica, seu conhecimento e suas expectativas (funções interativa e ideacional). Ele precisa, ainda, levar em conta como irá representar o mundo para esse interlocutor (função ideacional) e, para tanto, deve estar a par dos recursos linguísticos-

semióticos (a composição, a estrutura textual ou metafunção textual). A BNCC explicita essa integração dos três aspectos, a saber, a leitura e a produção que devem ser articuladas pela análise linguística-semiótica.

Estamos conscientes de que o percurso aqui percorrido é provisório e aprofundamentos sobre muitos conceitos da GDV seriam necessários. No entanto, consideramos tratar-se apenas de uma primeira tentativa de aproximação com as possibilidades interpretativas da GDV para o contexto do ensino em língua portuguesa. Em trabalhos subsequentes, iremos nos deter em elementos mais específicos e ferramentas de leitura dessa teoria que podem enriquecer o trabalho com a multissemiose nos contextos escolares. Quando se trata de leitura de imagem como ferramenta de ensino aprendizagem de gêneros multissemióticos, o desafio é encontrar, entre as teorias disponíveis, aquelas mais afinadas com a nossa realidade – desafio que estamos apenas começando a enfrentar.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 3. ed. Tradução Maria Ermentina G. Ferreira. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. 2. ed. Tradução Eduardo Guimarães et al. Revisão técnica Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 2006. v. 2.
- BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; IWASSE, Lilian Fávoro Algrâncio; ZANATTA, Shalimar Calegari. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades? **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 25, p. 155-171, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/7505>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo, 2014.
- DIAS, Jaciluz; FERREIRA, Helena Maria; SILVA, Natany Avelar. Diretrizes para a formação de professores no trabalho com a leitura: dos PCN à BNCC. **Moara**, Belém, n. 51, p. 10-31, 2019.
- FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.
- GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp,

1993.

HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqaiya. **Language, context and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1991.

HALLIDAY, Michael; MATHIESSEN, Christian. **Un introduction to a functional grammar**. 3. ed. Londres: Arnold/Hodder Headline Group, 2004.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images**: the grammar of visual design. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2006.

KRESS, Gunther; JEWITT, Carey; OGBORN, Jon; TSATSARELIS, Charalampos. **Multimodal teaching and learning**: the rhetorics of science classroom. Nova Iorque: Continuum, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática passada a limpo**: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola, 2012.

OLIVEIRA, Peterson José de. Desafios para uma abordagem efetivamente multimodal dos gêneros discursivos em livros didáticos de Língua Portuguesa. **Albuquerque**: Revista de História, Aquidauana, v. 13, n. 26, p. 138-159, 28 dez. 2021.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. **Se liga na língua**: leitura, produção de texto e linguagem. São Paulo: Moderna, 2017. v. 6.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento**: Revista de Educação, Niterói, ano 3, n. 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SOUZA, Edson Rosa Francisco; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (org.). **Linguística textual**: interfaces e delimitações. São Paulo: Cortez, 2016.